

**COLÉGIO ESTADUAL DE RENASCENÇA –  
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO  
RENASCENÇA - PARANÁ  
NÚCLEO REGIONAL DE FRANCISCO BELTRÃO**

# **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

**2007**

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO .....	03
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO.....	04
1.2 HISTÓRICO E FORMAÇÃO .....	04
2. OBJETIVO .....	06
3. MARCO SITUACIONAL .....	06
3.1 ASPECTOS FÍSICOS NEGATIVOS .....	09
3.2 CONSELHO DE CLASSE .....	14
3.3 PROGRESSÃO PARCIAL .....	14
3.4 RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS .....	15
3.5 SALA DE APOIO/RECURSO .....	15
3.6 PARTICIPAÇÃO PAIS/COMUNIDADE.....	15
3.7 FORMAÇÃO CONTINUADA .....	16
3.8 INCLUSÃO .....	16
4. MARCO CONCEITUAL .....	17
4.1 RECURSOS HUMANOS E APOIO PEDAGÓGICO .....	30
4.2 CONSELHO ESCOLAR .....	32
4.3 CONSELHO DE CLASSE .....	32
4.4 GRÊMIO ESTUDANTIL .....	33
4.5 ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS .....	33
4.6 APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO .....	33
4.7 RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS .....	34
4.8 EVASÃO/DESISTÊNCIA .....	34
4.9 PARTICIPAÇÃO PAIS/COMUNIDADE .....	34
4.10 HORA ATIVIDADE .....	35
5. MARCO OPERACIONAL .....	36
6. AVALIAÇÃO DO PPP.....	50
7. BIBLIOGRAFIA.....	51
ANEXOS (Plano de Ação e Proposta Pedagógica Curricular).....	53

## 1. APRESENTAÇÃO

Este Projeto Político Pedagógico é o plano norteador de ações que se efetivam através de um compromisso definido coletivamente, como destaca CORAZZA (1991, p. 84):

[...] o conhecimento se origina na prática social dos homens e nos processos de transformação da natureza por eles forjados [...] Agindo sobre a realidade os homens a modificam, mas numa relação dialética, esta prática produz efeitos sobre os homens, mudando tanto seu pensamento, como sua prática.

Dessa forma, para modificar a realidade escolar que se apresenta onde percebemos um crescente desinteresse dos alunos pelo estudo e pelas práticas escolares apresentando descompromisso, falta de responsabilidade e desrespeito com colegas e adultos ( pais, professores e funcionários), torna-se necessário o agir coletivo, a cooperação de pensamentos e idéias, incorporando o nós, isto é, o coletivo. O Colégio Estadual de Renascença obteve a participação dos alunos, pais, professores, funcionários, pedagogos, diretores, APMF, Grêmio Estudantil, Conselho Escolar, onde delineou-se a construção de um projeto que de fato evidencie a construção de uma escola pública, democrática e de qualidade, que venha ao encontro com a realidade local, buscando superar as dificuldades encontradas no trabalho cotidiano escolar.

Para tanto, todos os envolvidos, direta ou indiretamente, assumem o compromisso de garantir igualdade de condições para acesso e permanência do educando no processo educativo, através de um ensino de qualidade garantido pela gestão democrática.

Sendo que a educação acontece através da transformação do indivíduo, entende-se que este Projeto Político-Pedagógico é aberto e flexível para adequações pertinentes ao momento histórico educativo, respeitando a lei vigente.

O Colégio Estadual de Renascença tem como filosofia oportunizar aos educandos uma formação humana com princípios éticos, consistentes que possibilitem a apropriação dos conhecimentos científicos estando estes integrados ao conhecimento socialmente construído, através de metodologias adequadas à realidade do aluno. Busca, através de projetos que visam a melhoria da qualidade de vida, envolver o trabalho docente e a comunidade escolar direcionando para as

necessidades locais, buscando a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo.

Partindo do princípio de conhecer, compreender, relacionar e aplicar os conhecimentos dentro do contexto atual, este Colégio tem como fundamentação norteadora a Pedagogia Histórico Crítica que busca promover o saber historicamente construído, proporcionando ao educando o desenvolvimento humano, social e político.

Nessa perspectiva, este projeto é o resultado de várias discussões envolvendo toda a comunidade escolar. Através da análise da realidade sócio-econômica, cultural da escola e da comunidade local, busca-se desenvolver gradativamente uma educação capaz de formar cidadãos conscientes de seu papel e importância na sociedade em que está inserido, tendo valores, conduta, dignidade e principalmente seja responsável e conhecedor do saber.

Fundamenta-se, também nas Diretrizes Curriculares Educacionais; Educação do Campo, História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, inclusão, promoção e preservação da vida, Educação Ambiental, Educação Fiscal, Prevenção ao uso indevido de Drogas e Sexualidade, LDB e outros documentos, sendo construído de forma gradativa através do diálogo, estudos e formação continuada de todos os envolvidos, buscando garantir a educação enquanto direito.

## **1.1- IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO**

### **1.2- HISTÓRICO E FORMAÇÃO**

O Colégio Estadual de Renascença – Ensino Fundamental e Médio, código 00290, situado na zona urbana, Rua Marechal Floriano Peixoto, n.º 967, Centro, fone (46)3550-1234, e-mail: [cer@wln.com.br](mailto:cer@wln.com.br), no Município de Renascença Estado do Paraná, sob o código 2180. Localiza-se a 17 Km do NRE de Francisco Beltrão código nº 12, é mantido pela SEED – Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

O Colégio Estadual de Renascença - Ensino Fundamental e Médio, teve início no ano de 1965, primeiramente denominado de Ginásio Cristo Rei, que pertencia à rede de escolas da comunidade. Pelo Decreto nº 17.791, publicado em Diário Oficial do Estado, de 30 de dezembro de 1969, passou a ser Ginásio Estadual de Renascença e começou a funcionar nas dependências do Grupo Escolar Ney Braga.

Este foi construído em 1964, convênio da FUNDEPAR com a Prefeitura Municipal de Renascença e inaugurado em março de 1965.

O Ginásio Estadual de Renascença funcionou nas dependências do Grupo Escolar Ney Braga, até outubro de 1978, data em que foi inaugurado mais um prédio escolar.

Através da Resolução nº 401/81 de 25 de fevereiro de 1981, foi alterado a denominação de Ginásio Estadual de Renascença para Colégio Estadual de Renascença – Ensino de 1º e 2º Graus. A mesma Resolução autoriza o funcionamento, a partir de 1981, do Curso de 2º Grau nas Habilitações: Técnico em Magistério e Básico em Administração.

A Habilitação Básico em Administração foi cessada pela Resolução nº 2.035/89. Em substituição desta criou-se pela resolução nº 1.734/89, autorizado a funcionar a partir do ano letivo de 1991, o Currículo de 2º Grau, Educação Geral – Área de Concentração – Agricultura e foi reconhecido na Resolução nº 2626/93 e Parecer nº 049/93 do Conselho Estadual de Educação. Também pela Resolução nº 2.603/97 foi autorizado o funcionamento do Curso de 1º Grau Supletivo – Função Suplência de Educação Geral – Fase II estruturado em Blocos de Disciplinas e alterou o nome do Estabelecimento para Colégio Estadual de Renascença – Ensino de 1º Grau Regular e Supletivo e 2º Grau Regular. E pela Resolução nº 1.500/2.000 ficou reconhecido o Supletivo de Ensino Fundamental – Fase II. Também pela Resolução nº 1.374/2.000 foi autorizado o funcionamento do Curso Supletivo de Ensino Médio, com cessação do Curso através da Resolução 1747/2001. A Resolução nº 3.120/98 e o Parecer nº 1235/99 alteraram o nome da Escola para: Colégio Estadual de Renascença – Ensino Fundamental e Médio. Pela Resolução nº 4.056/96, Deliberação 030/80 – Conselho Estadual de Educação, foi determinada a cessação do Curso Magistério.

O Colégio Estadual de Renascença – Ensino Fundamental e Médio, foi reconhecido pela Resolução nº 2795/81 de 30/11/1981, ato de renovação, Resolução nº 4148/83.

## **2. OBJETIVO**

Objetiva-se, através deste Projeto Político Pedagógico traçar metas e buscar alternativas que levem a formação integral dos alunos, tendo em vista sempre a

formação do cidadão crítico, participativo e atuante no meio onde está inserido. É uma construção coletiva favorecendo a participação e empenho dos profissionais da educação e da comunidade escolar na organização e efetivação do trabalho pedagógico, através de uma gestão democrática garantindo a identidade da escola.

### **3. MARCO SITUACIONAL**

Diante da realidade brasileira deste século XXI, nos deparamos com a necessidade urgente de repensar a educação do país, devido a diversos fatores que marginalizam grande parte da sociedade, aumentando as desigualdades sociais.

De acordo com os dados, citados no Plano Estadual de Educação (jul.2004, p. 15), verificamos que no Brasil:

- 14,9 milhões de brasileiros, com 15 anos ou mais são analfabetos. E 33 milhões não sabem ler, embora tenham sido formalmente alfabetizados;
- 4,3 milhões de crianças entre 4 e 14 anos e 2 milhões de jovens entre 15 e 17 anos estão fora da escola;
- 28% da população com 11 anos ou mais não completam a 4ª série;
- 59% dos alunos da 4ª série não sabem ler adequadamente;
- 52% dos alunos da 4ª série não dominam habilidades elementares da Matemática;
- Somente 42% da população com 15 anos ou mais completam a 8ª série;
- 1,3 milhões de crianças, entre 10 e 17 anos, estão trabalhando no lugar de estudar e mais de 4,8 milhões são obrigados a trabalhar e estudar ao mesmo tempo.

Tal realidade mostra, que ainda há muito que ser feito para que ocorram consideráveis mudanças neste quadro. Considera-se então a necessidade de políticas públicas e sociais que venham de fato solucionar os problemas educacionais e sociais.

As políticas educacionais promovidas pelo governo quanto à formação de educadores, sistema de avaliação centralizada nos resultados, programas de

educação à distância, distribuição do livro didático, mudanças na forma de financiamento da educação, embora sejam políticas importantes, percebe-se que há interesses de fatores externos à escola, com objetivo de uma educação para o mundo do trabalho. Políticas estas formadas sem a participação dos grupos que atuam nas bases educacionais e que não atendem as necessidades reais da população excluída e marginalizada.

O Paraná, um dos pioneiros nas reformas educacionais, incorporou as novidades organizacionais curriculares e pedagógicas, porém estas não atenderam em todos os aspectos às necessidades principais da escola. Existem ainda altos índices de evasão e repetência, distorção idade-série e alunos que concluem os níveis de escolaridade sem uma formação básica, não estando preparados para assumirem seu papel com dignidade na sociedade.

Um conjunto de fatores contribuem para com essa realidade; as condições de trabalho, a formação e remuneração dos professores, teoria e práticas educativas desvinculadas da realidade escolar, a flexibilização de práticas avaliativas e a rotatividade de professores.

Entre as reformas ocorridas, o Paraná municipalizou o Ensino de 1ª a 4ª série, promovendo a nuclearização das escolas como medida de economia, fazendo com que aumentasse a migração da população rural para a cidade. Embora os esforços estaduais tenham melhorado o acesso à Educação Básica, pouco contribuiu para formação de cidadãos capazes de enfrentar os desafios do mundo moderno, conscientes de suas raízes históricas e com condições de participar ativamente da sociedade.

O Município de Renascença, seguindo o curso da política educacional estadual, municipalizou a educação de 1ª a 4ª série e nuclearizou suas escolas. Presta atendimento à comunidade do município com a Educação Infantil e Ensino Fundamental. O sistema de ensino adotado é por ciclos, com reprovação na 4ª série.

A preocupação com a qualidade do ensino e o empenho dos educadores em oportunizar melhores condições de aprendizagem aos alunos faz parte do cotidiano educacional, porém um percentual de alunos não se apropriam das noções básicas da leitura, escrita, interpretação e cálculos matemáticos, que são básicos para as séries posteriores. Perdurando essas dificuldades na seqüência dos estudos, devido principalmente a ruptura do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série com 5ª a 8ª série.

Na educação brasileira, apesar das rupturas existentes no âmbito nacional, estadual e municipal, busca-se principalmente no Estado do Paraná, através de mobilizações, estudos, projetos, movimentos sociais, construir uma educação que ressignifique a prática exigindo dos sujeitos envolvidos, uma participação intensa, efetiva, democrática e construtiva.

Este desafio será contemplado na operacionalização deste Projeto Político-Pedagógico.

As instalações escolares do Estabelecimento em pauta, estão situadas sobre um loteamento com aproximadamente 2.000 m<sup>2</sup>, totalmente cercado, em lugar apropriado, contendo no mesmo 6 construções de alvenaria, as quais caracterizamos como Bloco 1, Bloco 2 e Bloco 3, num total de 17 salas. Bloco 4 corresponde sala de Direção, Equipe Pedagógica e Secretaria; Bloco 5 ocupado pelo Laboratório de Informática e Biblioteca; Bloco 6, pelo Laboratório de Biologia, Química e Física. 1 quadra coberta e 1 quadra de areia, e uma casa de madeira onde funciona a sala de Apoio.

Anexo ao Estabelecimento foi construído a casa do permissionário que está ocupada pelo responsável da segurança e manutenção do Estabelecimento.

Buscando prevenir e evitar a evasão escolar, a escola promove uma articulação com os pais e responsáveis pelos alunos, averiguando as causas das faltas e sempre estimulando a freqüência, desenvolvendo ações que tornem a escola atrativa ao aluno. Durante o ano letivo são realizadas palestras, passeios, atividades recreativas, jogos e feiras. Nestas ocasiões os alunos são organizados pelos professores regentes de turma buscando a socialização e a participação de todos

### **3.1 ASPECTOS FÍSICOS NEGATIVOS**

- Alteração de relevo no pátio.
- Disposição dos prédios, tendo acesso com rampas e escadas o que dificulta o deslocamento de alunos e professores.
- Insuficiência de área coberta ou construída, considerando-se o número de alunos que freqüentam.
- Falta de espaço adequado para lanche (refeitório).
- Instalações inadequada da cozinha.

- Laboratório de Ciências em espaço improvisado, dificultando o desenvolvimento das aulas.
- Falta de espaço adequado para Educação Física.

Há problemas de reprovação no Ensino Fundamental, alunos com dependência no Ensino Médio, alunos com dificuldade de aprendizagem, indisciplinados. Temos uma parcela de pais que pedem rigidez com os alunos indisciplinados e outra parcela de pais não demonstram interesse e não acompanham a aprendizagem dos filhos, também temos alunos que cabulam aula e a família pede para ser avisada, ação que a escola desenvolve com frequência.

Faz parte da realidade escolar, casos de repetência e evasão. Alguns fatores contribuem para que isso aconteça, a saber: distorção idade-série, baixo desempenho dos alunos, falta de interesse nos estudos, alunos pouco participativos, sem perspectivas para o futuro.

Além da realidade constatada, verifica-se que existem também alunos determinados e com objetivo de aprender, participar, procurando crescer e ampliar seus estudos, pois sabem que é através do mesmo que atingirão as metas pessoais, tais como, Curso Superior, empregabilidade, empreendimentos familiares entre outros.

No que se refere a avaliação, o Colégio Estadual de Renascença - Ensino Fundamental e Médio tem como fazer pedagógico avaliar toda a produção do aluno, porém alguns educadores ainda tomam como meta avaliar somente as provas escritas, restringindo assim as oportunidades do educando em relação à aprendizagem.

O Colégio Estadual de Renascença – Ensino fundamental e Médio possui as seguintes modalidades de Ensino: Ensino Fundamental (5ª a 8ª série), Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos através da oferta de Ação Pedagógica Descentralizadora - APED.

Funciona nos turnos: matutino, vespertino e noturno; possui os seguintes ambientes pedagógicos: Sala de Apoio, Laboratório de Física, Química e Biologia, Biblioteca, Laboratório de Informática, Sala de Recursos em Educação Especial Deficiência Visual e Deficiência Mental, Distúrbios de aprendizagem e/ou dificuldades acentuadas de aprendizagem. O Laboratório de Química, Física e Biologia encontra-se em local inadequado e desprovido de material e equipamentos

para uso. Como complemento dos recursos de apoio pedagógico, dispomos ainda de vídeos, DVDs, Cds.

O número de turmas no ano letivo 2007 período matutino é de 16 turmas, sendo 8 de Ensino Fundamental e 6 de Ensino Médio, 1 Sala de Apoio à Aprendizagem para 5ª séries e 1 Sala de Recurso – Educação Especial Deficiência Visual. No período vespertino tem 12 turmas, sendo 11 do Ensino Fundamental e 1 de Sala de Recurso. No período noturno tem 3 turmas do Ensino Médio e 1 de do Ensino Fundamental, num total de 31 turmas e 897 alunos matriculados.

O Colégio tem porte 5 e possui um quadro de funcionários distribuídos da seguinte forma, 1 diretor com 40 horas; 1 diretor–auxiliar com 20 horas; 4 pedagogas, sendo 1 com 40 horas e 3 com 20 horas cada; 1 Documentador Escolar, todos graduados e com especialização.

Possui 45 professores que atuam nas áreas do conhecimento, sendo 38 professores QPM, com graduação e especialização; 05 SC02-aulas extraordinárias; 05 REPR-contratos temporários, sendo a maioria graduados e especializados na sua área de atuação. Os funcionários totalizam 16, sendo 1 secretário; 05 assistentes administrativos; 07 auxiliares de serviços gerais e 3 cozinheiras.

A Comunidade Escolar é formada em sua grande maioria oriundos da área rural, cerca de 67%, são filhos de agricultores, agricultores sem terra, assentados e operários de nível sócio-econômico-cultural médio-baixo, utilizam transporte escolar e têm pouco acesso à informação, tais como livros, jornais, revistas, TV, acesso à Internet e outros. São alunos, filhos de pais que na sua maioria, possuem o Ensino Fundamental incompleto ou analfabetos, os mesmos apresentam grande defasagem no conhecimento científico, necessitando de um trabalho educacional abrangente que possa sanar essas dificuldades. A grande maioria participa de algum credo religioso.

De maneira geral podemos classificar nossa comunidade em grupos distintos: primeiro temos um número reduzido de pessoas que detém a riqueza e poder – os grandes proprietários de terras e alguns donos de empresas, em segundo um grupo de funcionários em sua maioria com nível superior, atuando em setores públicos da cidade, em terceiro os pequenos agricultores arrendatários, sem – terra e assentados que é a maior parte da população, configurando uma grande desigualdade cultural e social.

Cerca de 38% dos alunos deste estabelecimento recebem bolsa escola, auxílio este que favorece os alunos na aquisição do material escolar, porém há várias famílias que deveriam ser contempladas com o benefício.

Na escola há educadores angustiados com a realidade educacional, com dificuldades em desenvolver um trabalho eficaz para ajudar os educandos a superarem suas dificuldades educacionais.

Há educadores que trabalham coletivamente em prol de uma educação que promova seus alunos, tornando-os conscientes do seu papel na sociedade, dinamizando a construção do conhecimento através de leituras, pesquisas nos diferentes materiais impressos ( livros, revistas, jornais) e tecnológicos ( fitas, vídeos, filmes, internet), em visitas orientadas nos espaços da comunidade, na interação com outras pessoas e profissionais, nas experiências em laboratórios, nos debates em sala de aula, liderando e participando de projetos culturais, esportivos e sociais.

Diante desse contexto e dos dados coletados através de pesquisas e em reuniões realizadas na comunidade escolar, destacamos algumas considerações dos pais, entre tantas respostas obtidas através dos questionamentos. “... na minha opinião o estudo está bom, o andamento das aulas e o desempenho dos profissionais está muito bom...” “... existe interação entre a escola e a comunidade...” “... Ajuda a descobrir novos talentos, desenvolvendo um trabalho em grupo, faz com que os alunos possam andar unidos e aprendendo cada dia mais...” “... são importantes os jogos, feiras, grupos de teatro, eventos promovidos pelo colégio...” “... incentivo ao esporte, cultura e lazer...”

Também quanto às sugestões, os pais solicitam “... tarefas que tenham mais significado e que favoreçam os alunos para que estudem com mais interesse...” “... mais reuniões com os pais, de preferência a cada 60 dias”. “... gincanas com perguntas sobre conhecimentos gerais e deixar a biblioteca aberta na hora do recreio...” “... melhorar a sala de computação e assinar Internet para que os alunos possam pesquisar...”.

Podemos garantir que é desejo e anseio dos pais, alunos, professores, funcionários, equipe administrativa, pedagogos, que a escola proporcione para os seus filhos e alunos a apropriação dos conteúdos e saberes culturais de maneira crítica e construtiva.

A organização curricular é por série e disciplina. A parte diversificada da Matriz Curricular é composta pela disciplina de Inglês. A hora atividade é por disciplina, proporcionando troca de experiências entre os docentes, enriquecendo assim às aulas.

O Professor Pedagogo está sempre presente e comprometido com o bom andamento da escola. Face à realidade escolar, enfrenta dificuldades no desenvolvimento do trabalho pedagógico, não obtendo os resultados almejados, pois realiza muitas atividades que não são específicas de sua função.

O Colégio desenvolve e participa de atividades educacionais, promovidos pela SEED, NRE, Secretaria Municipal de Educação e pela própria escola, atividades essas que contemplam temas pertinentes às necessidades locais, tais como: “Prevenção ao uso de Drogas”, “Mostra de Talentos”, envolvendo música, artes e dança, Feira de Ciências, “Circuito de Xadrez”, Jogos Estudantis, Conferência do Meio Ambiente, Agenda 21, Fera com Ciência. Há o envolvimento de todos os alunos e comunidade para a formação da consciência quanto ao respeito à biodiversidade, bem como o cuidado com o ambiente escolar.

O Colégio realiza tradicionalmente, a Festa Junina, o Baile do Garoto e Garota Estudantil, Desfile de 07 de Setembro, Semana Cultural, Feira das Disciplinas, Festival Estudantil, através de exposição, danças, poesias, músicas, dramatização, teatros, desfile e outros, com o objetivo de socializar os alunos dos três turnos, alunos de outras escolas e municípios, bem como os familiares, a comunidade escolar e a sociedade em geral.

A avaliação do processo ensino e aprendizagem acontece através do diálogo, troca de experiências entre professor/aluno, é um processo contínuo de verificação do que o aluno aprendeu através de atividades, apresentações de trabalhos, tarefas, participação em atividades diárias. Ocorre também, através de avaliações formais que tem objetivo de diagnosticar a aprendizagem do aluno para retornar o que não aprendeu. Para avaliar melhor o processo, no Conselho de Classe discute-se a problemática da turma, buscando avaliar o aluno coletivamente.

O Colégio conta com o Conselho Escolar, instância colegiada, formada por representantes dos segmentos que compõem a comunidade local e que dá suporte nas decisões em que envolvem o aluno, mais diretamente. Existem outros grupos que participam e apoiam a escola, como Grêmios Estudantis, formado por representantes do corpo discente da escola, responsável por defender e reivindicar

os anseios dos alunos, atuando de forma democrática; APMF (Associação de pais, mestres e funcionários) associação formada por representantes desses segmentos que tem caráter deliberativo. A participação de todos fortalece e possibilita uma melhor organização e atuação da entidade escolar.

### **3.2 CONSELHO DE CLASSE**

Tem como objetivo propiciar o debate e o questionamento de técnicas de reavaliação e análise coletiva, detendo-se não somente nos resultados numéricos, mas possibilitando o enfrentamento dos problemas detectados durante o processo de ensino, estabelecendo estratégias de melhoria.

De posse do diagnóstico inicial, são analisadas e expostas as sugestões de atividades que são necessárias e pertinentes para cada turma. Em seguida, o professor regente, acompanhado da equipe pedagógica, repassa para a turma o que será necessário realizar para sanar as dificuldades, esclarecendo que cada um deve cumprir o seu papel para melhorar a aprendizagem.

A Escola faz durante o trimestre o pré-conselho, o conselho e o pós-conselho.

### **3.3 PROGRESSÃO PARCIAL**

A progressão parcial é adotada no Ensino Médio, quando o aluno é reprovado em até 3 disciplinas na série, sendo permitido cursar a série subsequente, concomitantemente às disciplinas nas quais reprovou, desde que preservado a seqüência curricular. As disciplinas nas quais reprovou são cursadas em forma de dependência onde o professor orienta o aluno a pesquisar e desenvolver atividades de acordo com o conteúdo trabalhado, sendo que o aluno frequenta a aula em turno contrário do Ensino Médio.

### **3.4 RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS**

Na recuperação de estudos o professor considera a aprendizagem do aluno no decorrer do processo e para aferição do trimestre entre a nota da avaliação e recuperação prevalecerá sempre a maior nota, conforme o Regimento Escolar, no que se refere a Recuperação Paralela.

### **3.5 SALA DE APOIO/RECURSO**

É importante ressaltar que no decorrer do ano letivo são realizadas atividades de integração envolvendo todos os alunos, com intuito de superar eventuais preconceitos que ainda permeiam a realidade escolar.

Quanto a frequência dos alunos tanto na Sala de Apoio quanto na Sala de Recurso, a escola viabiliza, junto aos pais e órgãos competentes a solução dos problemas que dificulta a participação integral dos educandos que necessitem desse atendimento.

O acompanhamento pedagógico dos alunos é registrado semestralmente em documentos próprios, com interferências pelos professores da classe comum sempre que se fizer necessário, possibilitado a reavaliação periódica das intervenções educativas, com o propósito de ajustar e reorganizar o processo de ensino e aprendizagem.

### **3.6 PARTICIPAÇÃO PAIS/COMUNIDADE**

A escola busca integração com a família em todos os aspectos que venha a contribuir com o sucesso do educando promovendo encontros, palestras, reuniões, festividades e quando necessário convocando os pais para socializar e buscar apoio nas dificuldades de ensino-aprendizagem na escola.

### **3.7 FORMAÇÃO CONTINUADA**

Todos os profissionais da escola necessitam atualizar o conhecimento, ampliar suas metodologias de ensino e aprendizagem.

A Formação Continuada ocorre através da troca de experiência dos Pedagogos, Funcionários, Professores e Direção e está vinculada a Entidade Mantenedora, ocorre em períodos que não interferem no trabalho com os alunos, ou seja, cursos uma vez por ano (uma semana para todos da mesma escola e ou por N.R.E.) considerando as 800 horas.

A função da escola é organizar grupos de estudos, reuniões pedagógicas, teleconferências, encontros com outros profissionais para troca de experiência,

planejamento interdisciplinar de atividades, projetos e resoluções de problemas envolvendo todos os profissionais , considerando a utilização da hora atividade, contemplamos também 5% da carga horária no Calendário Escolar para desenvolver atividades relacionadas à Formação Continuada.

### **3.8 INCLUSÃO**

A escola promove atividades de integração durante o ano, envolvendo todos os alunos, com intuito de superar preconceitos e promover a inclusão, porém alguns profissionais da educação não tiveram formação para trabalhar com alunos com necessidades especiais.

## **4. MARCO CONCEITUAL**

A função social da escola distingue-se de outras práticas educativas, como as que acontecem na família, no trabalho, na mídia, no lazer e nas demais formas de convívio social, por constituir em uma ajuda intencional, sistemática, planejada e continuada para crianças adoescente, jovens durante um período contínuo e extensivo de tempo.

A função da escola é proporcionar um conjunto de práticas preestabelecidas, tem o propósito de contribuir para que os alunos se apropriem de conteúdos científicos e culturais de maneira crítica e construtiva. Esta função socializadora nos remete a dois aspectos:

É no universo da escola que o alunos vivencia situações diversificadas que favorecem o aprendizado, para dialogar de maneira competente com a comunidade, aprender a respeitar e a ser respeitado, a ouvir e ser ouvido, a reivindicar direitos e cumprir obrigações, a participar ativamente da vida científica, cultural, social e política do país e do mundo.

O papel formal da Escola é o de ser a principal responsável pela organização, sistematização do desenvolvimento das capacidades científicas, éticas e tecnológicas de uma nação. Inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania, sua qualificação para o trabalho, bem como, meios para progredir nele e em estudos posteriores.

É importante garantir na escola a unicidade entre teoria e prática, conhecimento geral e específico, conteúdo e forma, dimensão técnica e política, numa ação participativa desenvolvida pelos profissionais da educação, conforme ressalta Veiga:

A importância desses princípios está em garantir sua operacionalização nas estruturas escolares pois uma coisa é estar no papel, na legislação, na proposta, e outra é estar ocorrendo na dinâmica interna da escola, no real, no concreto. (1991, p. 82)

A escola como instituição responsável pela transmissão do conhecimento sistematizado, tem a função social de garantir o acesso de todos aos saberes científicos produzidos pela humanidade. Nereide Saviani (1994, p.46) afirma que “a ciência merece lugar destacado no ensino como meio de cognição e enquanto objeto de conhecimento”, ou seja, ao mesmo tempo em que eleva o nível de pensamento dos estudantes, permite-lhes o conhecimento da realidade, o que é indispensável para que não apenas conheçam e saibam interpretar o mundo em que vivem, mas com isto saibam nele atuar e transformá-lo.

Cabe a escola, também a tarefa de direcionar o processo ensino e aprendizagem, não incorporando neste os modismos impostos pela mídia, desempenhando, seu papel educativo na sociedade, sem deixar de lado as novas tecnologias, mas sim, utilizando-as como instrumentos metodológicos, propiciando aos alunos condições de analisar e discernir de forma crítica o que é viável para seu desenvolvimento.

É imprescindível recuperar a credibilidade da escola em relação à sociedade, utilizando os investimentos que esta tem feito na escola pública, oportunizando uma escola para todos. Como afirma SAVIANI:

A escola tem uma função especificamente educativa, propriamente pedagógica, ligada a questões do conhecimento: é preciso, pois, resgatar a importância da escola e reorganizar o trabalho educativo, levando em frente o problema do saber

sistematizado, a partir do qual se define a especificidade de educação escolar.  
( 2005, p. 26 )

Dessa forma, a escola deve reconhecer as estreitas relações entre o conhecimento científico, (que se desprende dos conteúdos disciplinares ou das áreas curriculares) que podem ser aprendidos de forma sistemática ao longo da escolaridade e que configuram o saber existente e o conhecimento cotidiano (também denominado de senso comum), que emana espontaneamente da realidade e da experiência que os alunos vivem de forma cotidiana, forma do âmbito escolar. Este conhecimento é cada vez mais universal, obtido de forma assistemática e relacionado com os conflitos sociais do mundo contemporâneo.

A escola, ao assumir uma posição ideológica que entende o ensino como o desenvolvimento de todas as capacidades do ser humano para intervir na sociedade, precisa romper o divórcio ou o distanciamento entre os conteúdos das disciplinas (conhecimento científico) e os que os alunos percebem e adquirem através de suas experiências diárias (conhecimento espontâneo ou de senso comum), em contato com a realidade. Ambos conteúdos devem fundir-se num mesmo processo de aprendizagem, de forma que as disciplinas se enriqueçam e se façam mais significativas ao se assumir a realidade que os alunos vivem, transformando-se, assim, em instrumentos básicos para a melhor compreensão, análise e transformação da realidade.

A vinculação do ensino a propostas pedagógicas que pretendam dar respostas a problemas vivenciados pelos alunos relativiza a relevância de certos conteúdos disciplinares sobre os outros, ao mesmo tempo em que a própria integração do saber no campo da ciência força a busca de fórmulas que superem a parcialização do conhecimento na escola.

Portanto, para que isso aconteça é preciso entender em que tipo de sociedade estamos inseridos.

Para Severino (1998, p.49), a sociedade é um agrupamento tecido por uma série de relações diferenciadas e diferenciadoras. É configurada pelas experiências individuais do homem, havendo uma interdependência em todas as formas da atividade humana, desenvolvendo relações, instaurando estruturas sociais, instituições sociais e produzindo bens.

As transformações ocorridas na sociedade faz com que os indivíduos busquem novas alternativas, valorizando a construção, o amadurecimento, que se produz direta e indiretamente como membro de um complexo social.

A sociedade é mediadora do saber e da educação presente no trabalho concreto dos homens, os quais criam possibilidades, adquirindo novas culturas, agindo na sociedade, a partir das contradições sofridas no processo de transformação econômica, social e política.

As tecnologias digitais romperam com a barreira do tempo e do espaço e provocaram uma ruptura epistemológica na concepção do saber, proporcionando uma nova visão de mundo e desafiando os cidadãos a buscarem uma integração econômica e cultural para acompanhar o crescimento científico e tecnológico, exigindo políticas eficazes, coerentes para atender este propósito.

Encontra-se o homem nessa perspectiva a sua própria identidade, interagindo com o meio.

Conforme Saviani (1994, p.38 ), o homem, sendo uma espécie social, caracteriza-se pela construção de sua individualidade através das relações com o outro. Isso acontece em virtude dos processos múltiplos de interação com o meio sócio-cultural. Seu processo de desenvolvimento é contínuo, estendendo-se por toda a sua vida, e constituído por períodos que se distinguem entre si pelo predomínio de estratégias e possibilidades específicas de ação, interação e aprendizagem. Esse desenvolvimento é integrado e abrange todos os aspectos da vida humana (físico, emocional, cognitivo, social e espiritual).

Enquanto espécie, o ser humano apresenta, ao nascer, uma plasticidade muito grande, podendo desenvolver várias formas de comportamento, aprender várias línguas e utilizar-se de diferentes recursos e estratégias para se inserir no meio e agir sobre ele. Mas, o indivíduo aprende e utiliza as formas de ação que existem em seu meio. Isto quer dizer que a cultura é constitutiva do processo de desenvolvimento e aprendizagem, uma vez que determinadas às estratégias de ação a padrões de interação entre pessoas são definidas pela prática cultural.

Nesse processo de transformação que envolve múltiplas relações em determinado momento histórico, assim, acumula experiências e em decorrência destas, ele produz conhecimento. Sua ação é intencional e planejada, mediada pelo trabalho, produzindo bens materiais e não-materiais que são apropriados de diferentes formas pelo homem e, conforme Saviani (1991), “o homem necessita

produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar a natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transforma-la pelo trabalho”.

O homem sendo um ser social atua e interfere na sociedade sendo sujeito de sua história, segundo Santoro “... é aquele que na sua convivência coletiva compreende suas condições existenciais transcende-as e reorganiza-as, superando a condição de objeto, caminhando na direção de sua emancipação participante da história coletiva”, partindo do pressuposto do constituir-se um ser histórico, devendo ser compreendidas as relações inerentes à natureza humana.

Para Gramsci o homem é síntese de relações sociais, ou seja, buscando sua sobrevivência, envolve-se com outros homens e com a natureza, pois o homem necessita para existir, prover sua própria existência, determinando a forma, o modo como ele existe. Na sociedade capitalista dividida em classes prevalece àquele que detém a força de trabalho, proletariado, e aquele que detém a propriedade dos meios de produção, a burguesia.

A Educação no contexto atual se depara com situações antes desconhecidas tendo necessidades de corresponder com as exigências deste momento histórico.

Nesse sentido conforme ressalta BOFF (1999)

A educação visa atingir três objetivos que forma o ser humano para gestar numa democracia aberta.

São eles:

- “A apropriação pelo cidadão e pela comunidade dos instrumentos adequados para pensar a sua prática individual e social e para ganhar uma visão globalizada da realidade que possa orientar sua vida.
- A apropriação pelo cidadão e pela comunidade do conhecimento científico, político, cultural acumulado pela humanidade ao longo da história para garantir-lhe a satisfação de suas necessidades e a realizar suas aspirações;
- A apropriação por parte dos cidadãos e da comunidade, dos instrumentos de avaliação crítica do conhecimento acumulado, recicla-lo e acrescentar-lhe novos conhecimentos através de todas as faculdades cognitiva e humanas...”

Entendendo assim a educação, deve-se considerá-la como ponto de partida e ponto de chegada da prática educativa, compreendendo que o professor e o aluno

encontram-se igualmente aprendizes, porém em posições diferentes, sendo necessário que busquem uma relação embasada na afetividade e compreensão, visando solucionar os problemas do cotidiano escolar.

Conforme concebe Paulo Freire ninguém se educa sozinho, mas os homens se educam em comunhão.

O conhecimento ocorre pela vivência, pela troca de experiência, transformando interna e externamente o indivíduo, no convívio social sendo este sempre intencional.

Conforme ele, “O conhecimento é sempre conhecimento de alguma coisa, é sempre ‘intencionado’, isto é, está sempre dirigido para alguma coisa” (1993)

Para BOFF, “Conhecer implica, pois, fazer uma experiência e a partir dela ganhar consciência e capacidade de conceptualização. O ato de conhecer, portanto, representa um caminho privilegiado para a compreensão da realidade, o conhecimento sozinho não transforma a realidade; transforma a realidade somente a conversão do conhecimento em ação”. (1997).

Portanto, o conhecimento é uma atividade humana que explicita as relações entre os homens e a natureza, assim o conhecimento humano adquire diferentes formas: senso comum, científico, teológico e estético, formando-se diferentes concepções de si mesmo, do mundo e do conhecimento, sendo estas às vezes antagônicas. A efetivação e produção do conhecimento no processo de aprendizagem se dá através da interação das diversas etnias que compõe a cultura brasileira, tornando-se significativo, isto é, transformando o saber informal em conhecimento científico. Assim, os indivíduos tornam-se capazes de compreenderem-se cidadãos em condições de refletir, interagindo no meio o qual está inserido, proporcionando a transformação, criando-se valores indispensáveis para a evolução.

Portanto, há de se ter clareza com relação ao conhecimento escolar, pois como destaca SEVERINO, “educar contra-ideologicamente é utilizar, com a devida competência e criatividade, as ferramentas do conhecimento, as únicas de que efetivamente o homem dispõe para dar sentido às práticas mediadoras de sua existência real”. (1988)

Conforme destaca VEIGA:

“O conhecimento escolar é dinâmico e não uma mera simplificação do conhecimento científico, que se adequaria à faixa etária e aos interesses dos

alunos”. (1995). Dessa forma, o conhecimento escolar é resultado de fatos, conceitos, e generalizações, sendo portanto, o objeto de trabalho do professor.

Para obter melhor eficiência do trabalho do professor, é necessário que a educação aconteça através da construção coletiva de um Projeto Político Pedagógico, sendo este garantido por uma gestão democrática.

O processo ensino e aprendizagem é marcado por determinações e pela relação recíproca entre o aluno, o professor e o conteúdo, sabendo-se que a relação entre os elementos não é neutra, pois, são condicionados por subjetivos, objetivos, culturais, políticos, econômicos, de classe, do meio em que se encontram ou de onde provêm. Por tudo isso, a aprendizagem assume as feições dos sujeitos que aprendem, do objeto de conhecimento apresentado e do professor que ensina.

Todavia, ainda que o processo de aprendizagem seja interpessoal, a verdadeira aprendizagem é intrapessoal, pois depende da ação do sujeito sobre o objeto e deste sobre o sujeito, isto é, resulta de uma interação. A ação do sujeito, neste caso, é sempre consciente.

Segundo Vygostsky, os conceitos não-espontâneos não são aprendidos mecanicamente, mas evoluem com a ajuda de uma vigorosa atividade mental por parte do próprio aluno/educando.

Isto somente quer dizer que a aprendizagem é significativa a partir do momento em que os educandos introjetam, incorporam ou, em outras palavras, apropriam-se do objeto do conhecimento em suas múltiplas determinações e relações, recriando-o e tornando-o “seu”, realizando ao mesmo tempo a continuidade e a ruptura entre o conhecimento cotidiano e o científico.

Conforme Vasconcellos, neste processo, parte-se do conhecimento que se tem e aos poucos este conhecimento anterior vai se ampliando, negando, superando, chegando a um conhecimento mais complexo e abrangente.

Esta caminhada não é linear. Pode ser comparada a uma espiral ascendente em que são retomados aspectos do conhecimento anterior que se juntam ao novo e assim continuamente. Desta forma, o conhecimento constrói-se através de aproximações sucessivas: a cada nova abordagem, são aprendidas novas dimensões do conteúdo.

As ações didático-pedagógicas e os recursos necessários para a realização desta fase são definidos através de alguns aspectos: experiência do professor; conteúdo; interesses e necessidades dos alunos; e, principalmente, concepção

teórico-metodológica, que, nesse caso, é a perspectiva histórico-cultural, adotada para a construção do conhecimento.

A instrumentalização é o caminho através do qual o conteúdo sistematizado é posto à disposição dos alunos para que o assimilem e o recriem e, ao incorporá-lo, transformem-no em instrumento de construção pessoal e profissional.

Nessa atividade, os alunos estabelecem uma comparação intelectual entre seus conhecimentos cotidianos e os conhecimentos científicos, apresentados pelo professor, possibilitando que eles incorporem esses conhecimentos. Nesse processo o professor auxilia os alunos a elaborarem sua representação mental do objeto do conhecimento.

Esse é o momento do saber docente–discente, em sala de aula, evidenciando que o estudo dos conteúdos propostos está em função das respostas a serem dadas às questões da prática social. Esta frase, segundo Saviani, consiste na apreensão dos instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas detectados na prática social, e que foram considerados fundamentais na fase da Problematização.

Em virtude disso, os educandos, com auxílio e orientação do professor, apropriam-se do conhecimento socialmente produzido e sistematizado para enfrentar e responder aos problemas levantados. Dentro desta perspectiva, não mais se adquire o conteúdo por si mesmo; a apropriação dos conhecimentos ocorre no intuito de equacionar e/ou resolver, ainda que teoricamente, as questões sociais que desafiam o professor, os alunos e a sociedade.

Essa aprendizagem, segundo Saviani, não é neutra, mas política e ideológica, direcionado intencionalmente às classes trabalhadoras. Teoricamente, a construção do conhecimento efetua – se de um ponto de vista oposto ao das elites. Trata – se, conforme o autor, da apropriação pelas camadas populares das ferramentas culturais necessárias à luta que travam diuturnamente para se libertar das condições de exploração em que vivem.

A Lei 9394/96 – LDB trata a avaliação tanto no seu aspecto diagnóstico de desempenho e como promover novos conhecimentos que atendam a diferentes necessidades do homem no meio social.

HOFFMANN (1998), entende avaliação “como uma ação provocativa do professor, desafiando o aluno a refletir sobre as experiências vividas, a formular e reformular hipóteses, direcionando para um saber enriquecido”.

Portanto, a avaliação da aprendizagem é motivo de preocupação e reflexão constante. Entender os pressupostos legais e conceituais na relação com o processo pedagógico é necessário, bem como a interação entre: ensinar, aprender e avaliar.

O ato de avaliar tem sido utilizado como função classificatória e autoritária. Nesse sentido destaca LUCKESI (1990), “a média então, é realizada a partir da quantidade e não da qualidade, não garantindo o mínimo de conhecimento”. O professor ao planejar suas atividades algumas vezes não estabelece o mínimo necessário a ser aprendido efetivamente pelo aluno, utilizando-se da média de notas, o que não expressa o conhecimento real deste aluno, não permitindo a sua reorientação, no próprio planejamento e em relação a aprendizagem do aluno.

Esta prática torna a avaliação nas mãos do professor um instrumento disciplinador de condutas sociais, utilizando-a como controle e critério para aprovação dos alunos, buscando controlar e disciplinar, retirando destes a espontaneidade, criticidade e criatividade, transformando-os em “cordeiros” de um sistema autoritário e anti-pedagógico.

A aprendizagem neste contexto, deixa de ser algo prazeroso e solidário, passando a ser um processo solitário e desmotivador, contribuindo para a seletividade social, principalmente para atender as exigências do sistema econômico vigente.

Segundo HOFFMANN (1998)

Quando a finalidade é seletiva, o instrumento de avaliação é constatativo, prova irrevogável. Mas as tarefas, na escola, deveriam ter o caráter problematizador e dialógico, momentos de trocas de idéias entre educadores e educandos na busca de um conhecimento gradativamente aprofundado pela escola.

Avaliar é refletir sobre uma determinada realidade, a partir de dados e informações, e emitir um julgamento que possibilite uma tomada de decisão tendo como questões norteadoras, o que, para que, quando, como e quem avaliar. São questões básicas para se elaborar um plano de avaliação democrática e participativa, possibilitando o professor organizar seu trabalho, tendo sempre em vista o projeto político pedagógico, plano diretor e o regimento da escola.

A avaliação antecede, acompanha e sucede o trabalho pedagógico, possuindo pois, funções diferentes conforme o momento em que se dá, portanto, não pode ser mais concebida como medida mas como: um processo contínuo de

pesquisa, interpretação e percepção dos conhecimentos e mudanças esperadas no comportamento; possibilidade de decisão e replanejamento do trabalho do professor bem como da escola.

No Dicionário Básico da Língua Portuguesa, AURÉLIO B. H. FERREIRA (1995) refere que avaliação é um “Ato ou efeito de avaliar (-se). Apreciação. Análise. Valor determinado pelos avaliadores. Avaliar é determinar a valia ou valor de. Apreciar ou estimular o merecimento de. Calcular, estimar, computar. Fazer a apreciação; ajuizar: avaliar as causas, de merecimentos”.

Por outro lado, LUCKESI (1990) entende “avaliação como um juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisão.” Estes são os elementos que compõem a compreensão constitutiva da avaliação

A avaliação no contexto de uma pedagogia preocupada com a transformação, seja efetivamente um julgamento de valor sobre manifestações relevantes a realidade é elemento fundamental de qualquer sistema de ensino, porém os dados relevantes não poderão ser tomados ao acaso, mas terá de ser preocupada com o objetivo a que se propõem. A avaliação será diagnóstica, instrumento de reconhecimento dos caminhos percorridos e identificação de caminhos a serem perseguidos, voltada para a transformação, marcada por uma decisão clara e explícita do que está fazendo e para onde possivelmente está caminhando.

Ao pensar na Avaliação Escolar, geralmente entende-se o aluno como o único sujeito a ser avaliado no processo ensino aprendizagem. Ele é um dos elementos desse processo que deverá ser avaliado de diferentes formas e em diferentes momentos, contudo é necessário que pensemos avaliação de maneira mais global envolvendo tudo e todos que participam do processo educacional.

Para SORDI (1995) a prática de avaliação,

É um ato dinâmico onde o professor e o aluno assumem o seu papel, de modo co-participativo, através da implementação do diálogo e da interação respeitosa, comprometendo-se com a construção do conhecimento e a formação de um profissional competente. É um ato essencialmente político, expressando concepções de Homem-Mundo-Educação.

A gestão escolar democrática é uma expressão que ganha na literatura e contexto educacional, acompanhado a uma mudança de paradigma no encaminhamento das questões desta área. De acordo com Luckesi (1997,p.14) “Em linhas gerais, é caracterizado pelo reconhecimento da importância da participação

consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e manejo de seu trabalho.”

A gestão está associada ao fortalecimento da idéia de democratização do processo pedagógico, entendida como participação de todos nas decisões e na sua efetivação.

A viabilidade de uma gestão democrática depende do conjunto de todos os grupos que lidam com a educação, governo, escola e sociedade em geral. É preciso também destacar que o próprio conteúdo da democracia está sustentado pela pressuposta da ação coletiva, da comunidade e da comunicação.

Gestão escolar implica criação de ambiente participativo e visa a construção de realidade significativa, e necessariamente uma mudança na postura educacional atingindo a comunidade escolar de forma coletiva.

A ação do diretor coordena a escola, se for participativa, ensina a participação; se for omissa ensina a omissão, dessa forma, a responsabilidade e o compromisso do gestor com a escola deve ser sempre a mola mestra do seu trabalho.

Caminhar na direção da democracia na escola, na construção de sua identidade como espaço – tempo pedagógico com organização e um projeto político próprio embasado nas convicções que envolvam o processo como construção coletiva.

Conforme ilustra Veiga (1995, p.47) para isso pressupõe-se:

- Rompimento com estruturas mentais e organizacionais fragmentadas fazendo com que haja articulação;
- Definição clara de princípios e diretrizes contextuais, que projetem o vir a ser da escola;
- Envolvimento e vontade política da comunidade escolar para criar a utopia pedagógica que rompe com os individualismos e estabelece a parceria e o diálogo franco;
- Conhecimento da realidade escolar baseado em diagnóstico sempre atualizado e acompanhado;
- Análise e avaliação diagnóstica para criar soluções às situações problema da escola, dos grupos, dos indivíduos;
- Atualização constante do pessoal docente e técnico (funcionários de todos os setores: secretária, bibliotecária, merendeira) inserida num processo de

formação continuada, promovidos pela SEED, NRE, Colégio Estadual, através de palestras, cursos, grupos de estudo entre outros;

- Coordenação administrativo-pedagógica competente e interativa que estimule, planeje, comande, avalie, apóie e dialogue sempre, continuamente.

Conforme contempla a LDB 9394/96, no art.14, a gestão democrática, tem como princípios fundamentais a participação dos profissionais de educação, comunidade escolar e local na elaboração do P.P.P da escola, bem como em conselhos escolares ou equivalente.

O currículo também é um elemento nuclear do Projeto Pedagógico da escola, é viabilizador do processo de ensino e aprendizagem, portanto, toda e qualquer mudança educacional e pedagógica não terá efeito se não for acompanhada de uma reconceituação do currículo.

Considerando o sentido etimológico da palavra currículo, do latim curriculum expressa movimento progressivo, andamento de uma corrida de bigas, uma estrada a ser percorrida. Podemos dizer que não houve alteração profunda até hoje, mas não podemos deixar de assinalar as importantes variações que surgiram no vocábulo, no uso e na apropriação do mesmo pela área pedagógica.

Desde a inclusão desse termo ao vocabulário pedagógico, os sentidos mais usuais da palavra currículo se referem ao conhecimento escolar e às experiências de aprendizagem.

Hoje vemos o currículo como uma construção social. São essas concepções, decorrentes de uma posição ideológica, que determinam a forma como se ensina, como ocorre a organização e a seleção dos conteúdos.

Os conteúdos escolares devem ser selecionados com critérios que respondam às exigências dos problemas reais em todos os âmbitos de desenvolvimento pessoal, sejam eles sociais, emocionais ou profissionais os quais, sabemos, por sua natureza jamais serão simples.

Isso não é uma tarefa fácil, pois formar pessoas capazes de compreender e intervir na realidade exige dispor de instrumentos cognitivos que permitam lidar com a complexidade. E, somente é possível atuar na complexidade quando se é capaz de utilizar os diferentes instrumentos de conhecimentos existentes de maneira inter-relacionada. Os únicos instrumentos que dispomos para a compreensão da realidade, que tem uma natureza complexa, são os conteúdos de aprendizagem

oferecidos pelas diferentes disciplinas, uma vez que não existe outro conhecimento que não seja aquele proporcionado pelos diferentes campos do saber.

No entanto, é preciso diferenciar a organização dos diferentes campos do saber, que é feita a partir de uma perspectiva científica, isto é, dentro da lógica forma das disciplinas acadêmicas, da forma como devem ser apresentados e ensinados, na escola, os conteúdos desses saberes para que sejam aprendidos em um maior grau de profundidade pelos alunos.

Os currículos estão formados por uma soma de disciplinas selecionadas sobre relativos critérios de importância e organizados sobre parâmetros estreitamente disciplinares. Na escola, o reflexo dessa diversidade de disciplinas é a fragmentação do saber que impossibilita ao aluno dispor de marcos explicativos que abarquem a complexidade dos problemas que a realidade apresenta.

Se consideramos que a função do ensino é a de formar as pessoas para compreender a realidade e intervir nela, a escola precisa abrir-se para a vida, deixar-se penetrar por ela, e fundamentar sua ação na realidade cotidiana.

#### **4.1 RECURSOS HUMANOS E APOIO PEDAGÓGICO**

De acordo com a Niskier, (1998, p.237 ), “a educação do docente é o primeiro caminho a percorrer para a solução de muitos problemas, a começar pela consideração de que o professor é um homem do saber e um artista e não um tecnocrata”.

Portanto, a função desse recurso humano que a escola possui deve ser a de um educador que desenvolva no aluno a sua capacidade criadora, e que perceba o mundo como é descrito, pois, educação é um ato político e complexo de liberdade e de inovação que requer uma escola qualificada , portanto necessita de profissionais preparados para lidar com os desafios e as diferenças que emergem na comunidade escolar. Tendo um conhecimento científico embasado em teorias e práticas pedagógicas, com vistas a tornar a educação um bem da humanidade.

Ser um educador mediador: decidir, dirigir, intervir, avaliar, reconduzir, sempre com a atenção voltada para a realidade social e as necessidades do aluno.

A equipe pedagógica ocupa-se com o processo educativo, métodos, maneiras de ensinar, além disso tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizado,

refere-se a finalidade da ação educativa, implicando objetivos sócio-políticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa.

A presença da equipe pedagógica na escola é imprescindível na ajuda aos professores, no aprimoramento do seu desempenho na sala de aula ( conteúdos, métodos, formas de organização de classe) ou seja na vinculação entre as áreas do conhecimento pedagógico e o trabalho de sala de aula.

Direção se faz através da gestão democrática que inclui a autonomia, participação, construção partilhada, pensamento crítico em oposição a idéia de subalternidade, envolve responsabilidade, prestação de conta, bem comum, organiza a escola para desempenhar com êxito o seu papel.

A equipe técnico administrativo é suporte para as áreas de recursos humanos, administrativa, financeira, entre muitas outras atividades.

A equipe auxiliar operacional zela pela segurança das pessoas e do patrimônio, atendendo eventuais anormalidades, identifica avarias nas instalações, controla e acompanha a movimentação de pessoas, limpa, arruma, organiza e faz vistoria no estabelecimento.

## **4.2 CONSELHO ESCOLAR**

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva e fiscal, não tendo caráter político partidário, religioso, racial nem lucrativo, não sendo remunerados seus dirigentes e/ou conselheiros.

Os Conselhos Escolares são instâncias de práticas coletivas compartilhadas. Eles assumem, em articulação com a equipe gestora da escola, o acompanhamento de execução de ações indispensáveis para uma prática educativa escolar de qualidade e as demais funções importantes da gestão da escola. Suas funções e atribuições não podem ser assumidas por uma pessoa, nem mesmo pelo presidente. Nesta perspectiva, os Conselhos Escolares são instâncias decisivas e indispensáveis para o processo de construção de uma educação de qualidade, comprometida com a superação das desigualdades sociais e também com a emancipação das pessoas e com a democratização da sociedade.

Portanto, constitui-se como instância colegiada para de forma compartilhada, dirimir as dúvidas, encontrar saídas, alternativas e propor novas condutas de

participação individual e coletiva no ambiente escolar, exercendo um acompanhamento qualificado e efetivo de todo o processo escolar.

#### **4.3 CONSELHO DE CLASSE**

Colegiado responsável pelo processo de avaliação do ensino e da aprendizagem. É formada por todos os professores da classe/série e alunos de cada classe.

Está presente na organização do trabalho escolar, em que vários professores das diversas disciplinas, juntamente com os pedagogos, direção, pais e alunos reúnem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas, séries ou ciclos. A participação efetiva e entrelaçada pela análise direta das questões vividas cotidianamente pelos diferentes profissionais na sala de aula e na escola, permitindo que se desenvolva o processo educativo de reflexão e discussão coletiva sobre o fazer de toda a escola. Acredita-se que a organização de um processo de avaliação que contemple as diferentes óticas dos diversos profissionais permite uma avaliação mais criteriosa e, conseqüentemente, um melhor atendimento pedagógico.

#### **4.4 GRÊMIO ESTUDANTIL**

É uma instituição escolar que reúne os estudantes de uma escola para que se organizem na defesa de seus interesses e na promoção de atividades educativas, recreativas e culturais. Dentro de uma escola surgem diferentes grupos que se articulam em torno de variadas razões e motivos. A organização do Grêmio Estudantil favorece o relacionamento e a convivência entre os adolescentes e jovens. Essa organização exerce papel importante na formação do aluno e tem dimensão social, cultural e também política.

#### **4.5 ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS**

Instituição escolar que auxilia o processo educacional, responsável pelo sucesso da escola pública, objetiva apoiar a direção, priorizando o entrosamento

entre pais, alunos, professores e funcionários com atividades sócio-educativos, culturais e desportivas.

#### **4.6 APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO**

Chegará o dia em que não haverá mais reprovação; enquanto esse dia não chega que seu processo de definição seja democratizado. Nenhuma reprovação deve ser surpresa para ninguém (aluno, professor, pais, orientação, direção) pois tudo isso deve ser feito por todos, para evitar que isso ocorra.

Em caso de possível reprovação, isso não pode ser feita de cima para baixo, deve sim com a participação dos professores, equipe pedagógica, representantes de pais e alunos, etc.

O educando será aprovada se teve formação de qualidade, foi preparado para enfrentar situações e problemas do dia a dia.

#### **4.7 RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS**

O educador tem o compromisso com a aprendizagem do educando. A recuperação mais do que uma estratégia da escola, deve significar uma postura do educador no sentido de garantir essa aprendizagem por parte de todos os educandos, especialmente aquele que tem maior dificuldade em determinados momentos e conteúdos. Daí a importância da recuperação que se dá a partir dos erros (como material de análise) da percepção das necessidades dos educandos.

#### **4.8 EVASÃO/DESISTÊNCIA**

Quanto a evasão e desistência a escola entra em contato com o aluno e família através de comunicado escrito ou telefônico, quando não surte efeito benéfico ao aluno que é o seu retorno à escola, entra-se em contato com os órgãos competentes através do FICA, acionando o Conselho Tutelar e Promotoria Pública.

#### **4.9 PARTICIPAÇÃO PAIS/COMUNIDADE**

A família é a primeira instituição a qual a pessoa convive. Os pais são os responsáveis legais e morais pela educação dos filhos e devem tomar consciência de que a escola não é uma entidade estranha, e que sua participação ativa é necessária para garantia de boa qualidade da educação escolar. Entendendo que as duas mais importantes instituições da sociedade contemporânea é a família e a escola, que devem somar esforços em busca dos objetivos comuns. A escola nunca educará sozinha de modo que a responsabilidade educacional da família deverá ser permanente. A participação da família deve se firmar no auxílio à atuação educacional escolar, havendo coerência entre as atuações da escola e da família, sendo que a educação não depende de si mesma, mas principalmente do papel que a família desempenha dentro, fora e junto à escola. Sabe-se que atualmente o conceito de família está se transformando e que juntamente com a escola deverão educar para uma sociedade em constantes mudanças.

#### **4.10 HORA ATIVIDADE**

A organização da hora atividade é por áreas afins facilitando a execução para todas as escolas, pois muitos professores trabalham em vários estabelecimentos de ensino e municípios.

A hora atividade dos professores é destinada a troca de idéias possibilitando refletir sobre a prática pedagógica implementada na escola, organização e preparação das aulas, estudos, leituras pesquisas de atividades avaliativas, preparação de trabalhos didáticos, recuperação e atendimento em período contrário a alunos, atendimento aos pais, elaboração de projetos solicitados.

Para a realização do trabalho coletivo na escola, todos devem cooperar sugerindo melhorias através do diálogo visando o bem comum, pois mudanças isoladas, apesar de significativas, não transformam a escola por si só.

É importante que a programação e organização das atividades a serem desenvolvidas em sala de aula seja atrativa e interessantes para que não se transforme em rotina, mas que acrescente novos conhecimentos aos alunos.

Participar da Formação Continuada, constituir-se dever de todos os professores, funcionários, administrativos, diretores e pedagogos para exercer uma prática coerente frente aos desafios contemporâneos, visando a melhoria no desempenho escolar do aluno, garantindo-lhes os saberes científicos.

## 5. MARCO OPERACIONAL

Nossa Escola propõe:

- Planejamento participativo que aprofunde compromissos educacionais, estabeleça metas claras e exeqüíveis e crie consciência coletiva com base nos diagnósticos: geral, das áreas, por componente curricular, por setor escolar, por grupos de professores, por pessoas nos grupos;
- Clarificação constante das bases teóricas do processo educacional com revisão e dinamização contínuas de prática pedagógica à luz dos fundamentos e das diretrizes do currículo, da metodologia, da avaliação, dos conteúdos, das bases da organização escolar, do regimento, dos mecanismos de participação, do ambiente e do clima institucional, das relações humanas, dos cronogramas de estudos e de reuniões etc.;

Serão incluídos no planejamento de todas as disciplinas estudos da cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, Agenda 21, Valorização à Vida e Prevenção ao uso de drogas, podendo também ser trabalhadas concomitantemente com as diversas disciplinas ou interdisciplinar em forma de pesquisa, explanação, visitas, palestras, feiras, etc, buscando o envolvimento de toda comunidade escolar com o objetivo de estimular a aceitação e a valorização a diversidade, promovendo a colaboração mútua.

O Colégio Estadual tem como sustentação à ênfase ao estudo a capacitação dos envolvidos no trabalho escolar, busca alternativas que desafiem e nos insiram às exigências do momento histórico, em que a qualidade prima pela capacidade de conhecimento e formação de cidadãos pensantes e criativos. Em que o exercício da democracia seja claro e consensualmente assumido pelo grupo.

Nessa perspectiva e como gestores da prática educativa, existe a responsabilidade por parte da escola de oportunizar a todos a capacitação intencional e a reflexão coletiva, com o objetivo da promoção do crescimento profissional de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

A participação dos profissionais da educação e comunidade escolar na construção do P.P.P. abriu espaço para que os sistemas de ensino promovam a democratização e desburocratização de ações no interior da mesma. Será garantido espaços para atuação coletiva para que esse processo de democratização se efetive. Aos profissionais da escola compete, buscar meios para fortalecer e tornar

eficaz essa representatividade, revitalizando o compromisso com o conhecimento e com a aprendizagem de todos os alunos.

A capacitação continuada tem o intuito de desenvolver e aperfeiçoar os conhecimentos frente à realidade em relação as grandes mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas. Buscar-se-á propiciar momentos que favoreçam a construção de estratégias coletivas a partir do conjunto de pessoas que têm em comum a vontade e o interesse de estar ampliando e buscando permanecer um ambiente escolar que seja um espaço de construção e aplicação do conhecimento científico.

O Colégio, envolverá todos os profissionais da escola, APMF, Conselho Escolar, Grêmios Estudantil e comunidade em geral. Para consolidar e promover a atualização dos deveres da prática pedagógica, conforme organização pré-estabelecida no calendário escolar busca-se envolver a todos através de:

- Palestras com pais e alunos com temas sugeridos pelos mesmos.
- Oficinas pedagógicas.
- Grupos de Estudos das diferentes áreas de conhecimento organizado durante a hora-atividade.
- Reuniões com todos os que fazem parte da escola de forma direta ou indireta em horário determinado em consenso dos envolvidos.
- Rodas de conversa com temas atuais.
- Participação efetiva da APMF, Conselho Escolar, Grêmios Estudantil, nas diversas atividades da escola.
- Encontros promovidos pela SEED.
- Incentivo a leitura dos livros que compõem a biblioteca do professor.

Promover a integração entre os professores de várias disciplinas para a troca de experiências, procurando conscientizá-los quanto à necessidade da recuperação paralela de rever e aperfeiçoar metodologias de ensino, pois de acordo com o Regimento Escolar, a Recuperação de Estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem e será organizada com atividades significativas por meio de procedimento didáticos – metodológicos diversificados.

É importante o estudo individual e coletivo de documentos pertinentes ao ensino e aprendizagem que fundamentam a prática pedagógica, promovendo discussões sobre as diferentes problemáticas que fazem parte do cotidiano escolar, tais como, relação professor e aluno, escola, avaliação, disciplina, conteúdos, currículo, evasão, entre outros temas pertinentes.

Encontros pedagógicos internos são necessários para análise de estatísticas sobre rendimento escolar e estabelecer estratégias buscando o enfrentamento dos problemas dos alunos com baixo rendimento escolar, quando houver.

Diálogo e apoio do professor pedagogo aos professores que tiverem alunos com baixo rendimento escolar, sugerindo metodologias diferenciadas que os auxiliem, bem como aos alunos, orientando-os a buscarem meios que promovam o seu crescimento.

Planejamento coletivo, envolvendo os professores das disciplinas que os alunos apresentam mais dificuldades, para que possam buscar alternativas, melhorando o processo ensino-aprendizagem.

Maior atenção ao cumprimento e efetivação da recuperação paralela onde professores e alunos tenham clareza de como acontece o processo avaliativo e o foco seja investigar o que realmente o aluno aprendeu e verificar se a metodologia utilizada é condizente com a aprendizagem.

É necessário refletir em conjunto, atitudes que venham comprometer o processo educativo, buscando práticas adequadas para cada situação e tendo o compromisso ético de evitar problemas que busquem amenizar ou que surgem no dia a dia da escola pensando sempre no bem de todos.

Envolver os pais e alunos e comunidade escolar para traçar metas necessárias para convivência harmônica no coletivo escolar, visando a participação responsável de todos, para que possam desenvolver ações, colaborando para o sucesso almejado.

As reuniões para resolução das dificuldades que surgirem poderão ser realizadas quando se fizerem necessárias, durante o ano letivo. A escola estará sempre aberta, buscando através do diálogo entre professores, alunos e pais ou responsáveis tornar o trabalho mais produtivo, oportunizando aos mesmos opinarem sobre o que está bom na escola, o que precisa melhorar e sugestões, analisando os pontos falhos e no que cada um pode contribuir para melhorar.

Roda de conversa com os pais abordando assuntos referentes ao relacionamento entre pais, filhos e outros, participação dos pais comprometendo-se em acompanhar a educação de seus filhos, promover atividades com temas que desenvolvam auto-estima, motivação, respeito às diferenças, sexualidade, entre outras, são ações que auxiliam no processo ensino-aprendizagem, considerando que também é necessário ser constantemente lembrando o que foi combinado entre o coletivo buscando motivar o bom trabalho.

Repensar e mudar a relação professor/aluno, proporcionando um ambiente de estudo agradável e produtivo, incentivando, destacando e valorizando a importância do conhecimento, através de reuniões e diálogo constante.

Cabe ao professor constante revisão da metodologia utilizada em sala de aula, retomada e redimensionamento dos conteúdos e atividades trabalhadas, estratégias diversificadas dentro da sala de aula, jogos para incentivo ao raciocínio e atenção, atividades paralelas e extra-classes, retomada dos conteúdos básicos de forma interdisciplinar, tarefas paralelas e temas de casa diferenciados e direcionados a necessidade do aluno, será acompanhado e observado através do planejamento.

O professor avaliará o aluno em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, estando atento ao desenvolvimento educacional, utilizando-se dos recursos metodológicos disponíveis, metodologias diversificadas, bem como oportunizar aos alunos refazer atividades, trabalhos e avaliações sempre que houver necessidade, analisando-se o contexto dos mesmos com base no Regimento Escolar.

Os conteúdos são trabalhados partindo da realidade do aluno, com textos diversificados, visando desenvolver a reflexão e interpretação de forma mais significativa.

A avaliação é uma prática pedagógica intrínseca ao processo ensino e aprendizagem, com a função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento pelo aluno nas diferentes disciplinas que integram o trabalho pedagógico. Portanto, a avaliação como parte integrante do processo ensino e aprendizagem, deve ser contínua, cumulativa e processual, devendo refletir o desenvolvimento do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

O sistema avaliativo se dá trimestralmente, sendo o número mínimo de avaliações proporcional ao número de aulas na turma, sendo considerado: duas ou três aulas semanais, mínimo de dois instrumentos de avaliação da aprendizagem e suas respectivas recuperações. De quatro aulas semanais, mínimo de três estratégias avaliativas de aprendizagem e suas respectivas recuperações.

O professor deverá utilizar-se de diferentes estratégia avaliativa durante a avaliação e recuperação da aprendizagem, sendo considerado: Prova escritas e práticas, provas individuais e em grupo, dramatização, relatórios, mapas conceituais, anális de pesquisa ou entrevista, trabalhos em grupo ou individual.

A disciplina de Ensino Religioso não se constitui em objeto de retenção do aluno, não tendo registro de notas na documentação escolar.

Do registro da avaliação a recuperação será considerada a nota maior (substitutiva). Ao final de cada trimestre, serão somadas as notas considerada, sendo a soma dividida pela quantidade de avaliações realizadas.

Clube de leitura, teatro, gincanas, roda de leitura, leitura coletiva e debate de textos, dinâmica e brincadeiras interdisciplinares, oficinas pedagógicas para retomar conteúdos não aprendidos pelos alunos, trabalhos de pesquisa, atividades desafiadoras, apresentação de experiências, trabalhos nos Laboratórios de Ciências, Matemática, Informática, internet, utilização de exemplos da vivência dos alunos, associadas aos conteúdos trabalhados, atividades com vídeos para reforço de conteúdos, projetos diversificados com o objetivo de recuperar conteúdos, incentivo ao Xadrez para desenvolver a concentração e raciocínio. Estas entre outras, são propostas de atividades desenvolvidas por esta escola para uma melhor qualidade na formação básica dos educandos.

O professor pedagogo coordenará a elaboração coletiva e acompanhará a efetivação do Projeto Político Pedagógico, participando efetivamente, sugerindo e articulando através do trabalho coletivo, critérios que proporcione desenvolvimento e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar, conforme o Projeto Político-Pedagógico, a Proposta Pedagógica Curricular, Plano de Ação da Escola e as políticas educacionais da SEED.

A elaboração de atividades que interfiram diretamente na realização do trabalho pedagógico, tais como, elaboração do calendário letivo; formação de turmas; definição e distribuição do horário semanal das aulas e disciplinas; organização do “recreio” e hora-atividade, possibilitando que o espaço-tempo seja

de reflexão-ação sobre o processo pedagógico desenvolvido; mecanismos de acompanhamento e avaliação do trabalho pedagógico escolar pela comunidade interna e externa, através da verificação da aceitação junto com a comunidade escolar, fazendo-se consultas periódicas; participar da organização pedagógica da biblioteca da escola, assim como do processo de aquisição e utilização de livros e periódicos; orientar o processo de elaboração dos planejamentos de ensino junto ao coletivo de professores da escola, promovendo estudos sistemáticos, trocas de experiência, debates e oficinas pedagógicas; elaborar o projeto de formação continuada e propor ações para sua efetivação; atuar, junto ao coletivo de professores, na elaboração de projetos de recuperação de estudos a partir das necessidades de aprendizagem identificadas em sala de aula, de modo a garantir as condições básicas para que o processo de socialização do conhecimento científico e de construção do saber realmente se efetive; informar e orientar ao coletivo da comunidade escolar os dados do aproveitamento do educando, de forma a promover processo de reflexão-ação garantindo a participação democrática de toda a comunidade; interferir na construção de um processo pedagógico numa perspectiva transformadora; desenvolver projetos que promovam a interação escola-comunidade, de forma a ampliar os espaços de participação, de democratização das relações, de acesso ao saber e de melhoria das condições de vida da população; organizar a realização dos conselhos de classe de forma que ele seja, além de um levantamento da problemática da avaliação dirigida ao aluno, um momento para estabelecer metas e propósitos que busquem a escolha de metodologias mais eficazes e que atinjam os objetivos propostos. É importante ainda ressaltar que toda a mudança requer persistência e constantes avaliações, para que se efetive propõe-se realizar diagnóstico dos problemas, ouvindo alunos, professores, destacando pontos positivos, negativos e anotando as sugestões de mudanças de postura dos envolvidos para melhorar a aprendizagem, de forma a garantir um processo coletivo de reflexão-ação nas reuniões pedagógicas, sobre o trabalho pedagógico desenvolvido pela escola e em sala de aula, além de coordenar a elaboração de propostas de intervenção decorrentes desse processo; sobre os mesmos buscando garantir a aprendizagem, o acesso e a permanência de todos os educandos é importante ressaltar que no decorrer do ano letivo serão realizadas atividades de integração: jogos, gincana, feiras, concursos e exposição, envolvendo todos os

alunos com intuito de superar eventuais preconceitos que ainda permeiam a nossa realidade escola.

Incentivar e valorizar a frequência dos alunos, tanto na Sala de Apoio quanto na Sala de Recursos, para isto viabilizar-se-á junto aos pais e órgãos competentes a solução dos problemas que dificultam a participação integral dos educandos que necessitem desse atendimento. Manter sempre atualizado o registro de quais alunos deverão frequentá-la e acompanhar o rendimento junto com os professores.

Coordenar o processo coletivo de elaboração e aprimoramento do Regimento Escolar da Escola, participar do Conselho Escolar subsidiando teórica e metodologicamente as discussões e reflexões acerca da organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar; propiciar o desenvolvimento da representatividade dos alunos e sua participação nos diversos momentos de órgãos colegiados da escola: Conselho Escolar e Grêmios Estudantis dando a eles espaço de atuação e representação, promover a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social e de ampliação do compromisso ético-político com todas as categorias e classes sociais, rebuscando através da história os fatos relevantes de mudanças da sociedade; através de livros, leituras, palestras, recursos áudio visuais, observar os preceitos constitucionais, a legislação educacional em vigor e o Estatuto da Criança e do Adolescente, como fundamentos da prática educativa.

Portanto, a direção juntamente com a equipe pedagógica fará intervenções, orientações, propostas de alternativas, sugestões e/ou críticas que promovam a melhoria do andamento do trabalho escolar, com a participação de pais, alunos, professores e comunidade escolar.

Para atender e adequar este estabelecimento de ensino às necessidades quanto a organização do espaço físico, a direção juntamente a comunidade escolar viabilizará melhorias como: aumentar a área coberta; arborizar e reorganizar os jardins; melhorar o som ambiente em sala; aquisição de equipamentos necessários para o Laboratório de Ciências Biológicas; manter em funcionamento o Laboratório de Informática; informatizar a sala dos professores, sala de Coordenação, biblioteca e também providenciar um ambiente reservado para hora-atividade dos professores e pedagogo; ampliar a videoteca e construir um acervo de mídias; determinar espaço adequado para criação de um clube de xadrez, viabilizar junto aos órgãos

competentes, um projeto para ampliação da cozinha e de refeitórios; ofertar maior número possível de material didático para as diferentes áreas de ensino.

O Conselho de Classe, conforme Artigo número 27 do Regimento Escolar é constituído pelo(a) diretor(a) e/ou diretor(a) auxiliar, pela equipe pedagógica, por todos os docentes e os alunos representantes que atuam numa mesma turma e/ou série por meio de: Pré-Conselho de Classe com toda a Turma em sala, sob a coordenação do professor representante de turno e/ou pelo(s) pedagogo(s); Conselho de Classe Integrado, com a participação da equipe de direção, da equipe pedagógica, da equipe docente, da representação facultativa de alunos e pais de alunos por turma e/ou série.

O Conselho de Classe tem como objetivo propiciar o debate e o questionamento de técnicas, de reavaliações e análise coletiva, possibilitando o enfrentamento dos problemas detectados durante o processo de ensino, estabelecendo estratégias de melhoria, detendo-se não somente nos resultados numéricos, de forma que ele seja além de um levantamento da problemática da avaliação dirigida ao aluno, mas também seja um momento de se estabelecer metas e propósitos que busquem a escolha de metodologias mais eficazes que atinjam os objetivos propostos. Sendo o Conselho de Classe um processo coletivo, será viabilizada a participação dos pais e alunos. Após inteirarem-se da importância e significado do mesmo através de pré-conselho onde cada um manifestará seus anseios e sugestões de mudanças, tendo claro a importância em seu envolvimento no processo educacional.

Depois de feito isso, de posse do diagnóstico inicial, serão analisadas e expostas as sugestões de atividades que sejam necessárias e pertinentes para cada turma. Em seguida o professor regente, acompanhado da equipe pedagógica, repassam para a turma o que será necessário realizar para sanar as dificuldades, esclarecendo que cada um deve cumprir o seu papel para o crescimento da turma.

A organização da hora atividade será por áreas afins facilitando a execução para todas as escolas, pois muitos professores trabalham em vários estabelecimentos de ensino e municípios.

A hora atividade dos professores será destinada a troca de idéias, estudos, planejamento, atendimento a alunos e pais, bem como reunião com a Direção e Equipe Pedagógica para discutir os problemas enfrentados no dia-a-dia e em conjunto buscar soluções.

É importante que a Hora Atividade seja atrativa e interessante para que não se transforme em rotina, mas que acrescente novos conhecimentos aos alunos. Para isso a equipe pedagógica auxiliará os professores em seu planejamento.

O calendário escolar é elaborado de acordo e com base no que determina a LDB 9394/96, estabelecendo um mínimo de 800 (oitocentas) horas, distribuídas em, no mínimo, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.

O planejamento, as reflexões e debates pertinentes à preparação, apropriação e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico são implantados no ano letivo, sendo destinados 03 (três) dias no início do ano letivo.

O período de férias dos professores é fixado em 60 (sessenta) dias por ano, sendo 30 (trinta) dias consecutivos e 30 (trinta) dias alternados.

São contemplados no Calendário Escolar os feriados oficiais como: Carnaval, Cinzas, Paixão, Tiradentes, Dia do Trabalho, Corpus Christi, Independência, Nossa Senhora Aparecida, Finados, Proclamação da República, Emancipação Política do Paraná, considerando também o dia do Município. O dia destinado a Festa Junina, as atividades cívicas do Dia 07 de Setembro são incluídos no calendário como dia letivo. Há possibilidade de recessos no decorrer do ano letivo.

Sempre que há necessidade são realizadas reuniões com a APMF, Conselho Escolar, fora dos 200 (duzentos) dias letivos. Porém, as reuniões com pais são desenvolvidas durante os 200 dias letivos, devido ao grande número de pais que utilizam o transporte escolar, podendo também, quando necessário estar presente os alunos.

A recuperação de estudos é contínua e paralela, sempre que se fizer necessário, observando-se o Regimento Escolar vigente. No Conselho de Classe realizado trimestralmente, podem ser estabelecidas novas estratégias de recuperação, quando houver necessidade, objetivando evitar a reprovação, ocorrendo em casos extremos, quando esgotados todas as possibilidades.

A escola continuará desenvolver projetos que beneficiem a comunidade escolar e que esteja de acordo com a Proposta Pedagógica Curricular, buscando entrosar alunos, pais, professores, funcionários, Equipe Pedagógica, Direção, APMF, Conselho Escolar, Grêmios Estudantil e comunidade local através de atividades organizadas anualmente. No decorrer do ano letivo esta programação passará por avaliações dos envolvidos, estando aberta a sugestões, sofrendo alterações quando necessário, visando sempre acolher o aluno para que se sinta

parte integrante da escola, diminuindo assim a evasão e a repetência, observando o aluno e sua participação nas atividades realizadas, estimula-los e encaminha-los ao atendimento psicológico, quando necessário. Ao aluno faltoso será feito acompanhamento junto com a família e quando necessário, através do FICA. A ficha de comunicação do aluno ausente é um instrumento de combate à evasão escolar. A escola quando constatar a ausência do aluno por 05 (cinco) dias consecutivos ou, então 07 (sete) alternados no período de um mês entrará em contato com a família, caso não consiga promover o retorno do aluno à escola preenche a ficha e encaminha-o as autoridades competentes.

Os projetos envolverão temas sugeridos pela SEED, NRE e Colégio Estadual de Renascença, contemplando entre outros: prevenção as drogas, paz, Meio Ambiente, valores éticos e culturas. A realização destes projetos será interdisciplinar com apoio de segmentos da sociedade que enriqueçam e contribuam para o desenvolvimento através de:

- Escola de pais, trabalhando temas de interesse e necessidade dos envolvidos;
- Gincanas, festivais, jogos e feiras do conhecimento que incentivem os alunos a desenvolverem habilidades artísticas, culturais, científicas e valorizem o trabalho em grupo;
- Oficinas pedagógicas com atividades que possibilitem a integração e troca de experiências entre professores, pais, alunos e convidados.
- Incentivo à leitura através de atividades dinâmicas e prazerosas.
- Promover encontros, estudos e troca de experiências entre os educadores da rede municipal, estadual e particular possibilitando maior integração, com objetivo de fortalecer as ações para diminuir a ruptura existente quando o aluno conclui a 4ª série do Ensino Fundamental mantida pelo Município e/ou particular e ingresso na 5ª série do Ensino Fundamental, mantida pelo Estado.
- Atividades que estimulem as diferentes habilidades artísticas e culturais, destacando os valores regionais com a participação nos eventos promovidos pela SEED : Fera, Com Ciência e outras entidades.

- Promover a participação dos alunos em jogos que estimulem o raciocínio e concentração, como o xadrez viabilizando e participando de eventos escolares, inter-escolares e regionais.

A matrícula com progressão parcial é ofertada ao aluno de Ensino Médio, reprovado em até três disciplinas da série, é permitido cursar a série subsequente concomitantemente às disciplinas nas quais reprovou desde que preservada a seqüência curricular. O regime de progressão parcial exige, para aprovação, a freqüência prevista em Lei e o aproveitamento determinado pelo Regimento Escolar. A(s) disciplina(s) em dependência deverá(ão) ser cursada em horário contrário com a da série que o aluno estiver matriculado ou através de Plano Especial de Estudos, quando o aluno comprovar que não tem condições de freqüentar os horários contrários ofertados pela escola, registrado em relatório que integra a pasta individual do aluno.

Todos os profissionais da escola necessitam atualizar o conhecimento, ampliar suas metodologias de ensino e aprendizagem.

Esta escola garante que a Formação Continuada e troca de experiência dos Pedagogos, Funcionários, Professores e Direção vinculada a Entidade Mantenedora e que seja em períodos que não interfiram no trabalho com os alunos, ou seja, cursos uma vez por ano (uma semana para todos da mesma escola e ou por N.R.E.), considerando as 800 horas.

A proposta para o trabalho de formação na escola é organizado por grupos de estudos, reuniões pedagógicas, teleconferências, encontros com outros profissionais para troca de experiência, planejamento interdisciplinar de atividades, projetos e resoluções de problemas envolvendo todos os profissionais da escola considerando a utilização da hora atividade, contemplamos também 5% da carga horária no calendário escolar para desenvolver atividades relacionadas à Formação Continuada.

A avaliação do processo ensino e de aprendizagem requer o entendimento de que o trabalho dos profissionais da educação determina-se pela construção coletiva e acompanhamento constante do Projeto Político Pedagógico, através da reflexão e ação dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Assim, é de fundamental importância estar atento ao referencial teórico, garantindo uma metodologia adequada para a construção do conhecimento contextualizado.

O sistema avaliativo é trimestral, bem como o Conselho de Classe, onde coletivamente são levantadas alternativas que solucionem as dificuldades encontradas no processo educacional.

Em conformidade com o referencial teórico deste Projeto a avaliação antecede, acompanha e sucede o trabalho pedagógico, sendo acompanhada de um processo contínuo de pesquisa, interpretação e percepção dos conhecimentos e mudanças esperadas no comportamento quanto escrita, a interpretação e resolução de problemas do aluno, oportunizando o replanejamento do trabalho do professor, bem como da escola.

A escola como instituição democrática está aberta a críticas e sugestões da comunidade escolar, oportunizando momentos para reflexão, diálogo, questionamentos para que todos possam dar sua contribuição para a melhoria da mesma, intervindo efetivamente na realidade educacional.

A atuação dos profissionais e da escola na sua totalidade também será avaliada através de instrumentos como ANRESC e ENEM e instrumentos elaborados pela SEED, construindo legitimamente o processo democrático deste estabelecimento.

## **6. AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

o Projeto Político-Pedagógico será avaliado no início de cada ano letivo, através de discussões com a Direção, Equipe Pedagógica, Professores, Funcionários, Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF, Conselho Escolar e Grêmio Estudantil, ou em momentos em que houver necessidade de atender a lei vigente buscando sempre a aprendizagem do aluno.

## 7. BIBLIOGRAFIA

- BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra. Vozes. Petrópolis, 1999.
- CORAZZA, Sandra. Tema Gerador: Concepção e Prática. Unijuí, Ijuí, 1992.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra. São Paulo, 1997.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do Capitalismo Real. Cortez. São Paulo, 1995.
- GASPARIN, João Luiz. Uma Didática para o Pedagogia Histórico-Crítica. Autores Associados. Campinas, SP, 2002.
- GRAMSEI, Antonio. Concepção dialética da História. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1978.
- HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover. Mediação, 6ª edição. Porto Alegre, 1996.
- LDB. A Nova Lei da Educação: tudo sobre a lei de diretrizes e bases da educação nacional: uma visão crítica / Arnaldo Niskier - Rio de Janeiro: Consultor, 1996.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. Cortez. São Paulo, 1990.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem escolar. Cortez, 14ª edição. São Paulo, 2002.
- M.C.C. Plano Estadual de Educação – Julho, 2004.
- SAVIANI, Dermeval. Do Senso Comum a consciência Filosófica. Editora Cortez, São Paulo, 1991.
- SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórica-crítica: primeiras aproximações. Autores associados, 9ª edição. Campinas, SP, 2005.
- SAVIANI, Nereide. Saber Escolar, Currículo e Didática: problemas da unidade, conteúdo/método no processo pedagógico. Autores Associados. Campinas, 1994.

- SEVERINO, A J. O projeto político Pedagógico: a saída para a escola. In: Revista de Educação do AEC, n.º 107, 1988.
- SORDI, M. R. de. A prática de avaliação do Ensino Superior: uma experiência na enfermagem. Cortez/Puc Camp. São Paulo, 1995.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Disciplina: Construção da Disciplina Consciente e Interativa em Sala de Aula e na Escola. São Paulo, 1993.
- VEIGA, Ilma P.A Projeto Político-Pedagógico da Escola. Uma construção Possível. Papirus. Campinas, SP, 1995.
- VYGOTSKY, L. A formação social da mente. Martins Fontes, São Paulo, 1987.
- WIESKIER, Arnaldo. LDB – A Nova Lei da Educação. Rio de Janeiro, 1996.
- REGIMENTO Escolar. Colégio Estadual de Renascença – Ensino Fundamental e Médio, setembro, 2001.

**APROVADO PELO CONSELHO ESCOLAR DE ACORDO COM A ATA N.º 15 DE 14/02/2007.**